

SENADOR CANEDO-GO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO - GOIÁS

**PROFESSOR
PEDAGOGO**



**APOSTILA
COMPLETA**

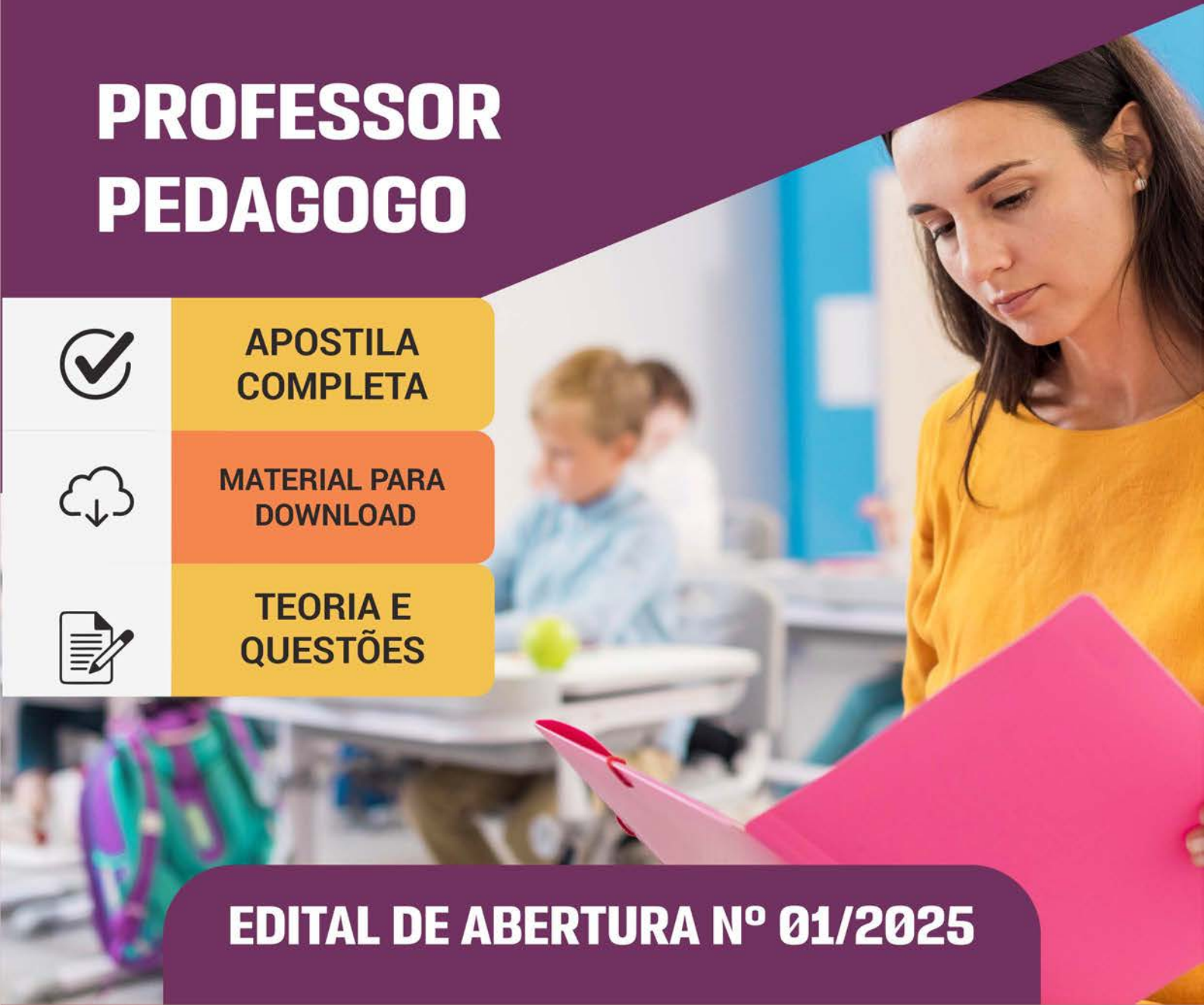


**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2025



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>

SUMÁRIO

Prefeitura de Senador Canedo - GO

Professor – Pedagogo

LÍNGUA PORTUGUESA

Características e funcionalidades de diferentes gêneros e tipologias textuais. Interpretação textual de diferentes gêneros e tipologias textuais. Tipologias textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva, dialogal	1
Gramática normativa	19
Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ambiguidade, citação, inferência e pressuposto	20
Organização do texto e fatores de textualidade (coesão, coerência, intertextualidade, informatividade, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade)	33
Progressão temática em textos	34
Elementos de sequenciação textual: referenciação, substituição, repetição, conectores e outros elementos	35
Tipos de argumento	36
Classificação gramatical. Morfologia	37
Análise morfossintática	49
Fenômenos linguísticos	57
Concordância verbal e nominal	58
Regência verbal e nominal	64
Colocação pronominal	71
Pontuação	73
Figuras de linguagem	83
Interpretação: documentos legais e normativos	88
Acordo Ortográfico de 1990	89
Questões	93
Gabarito	106

SUMÁRIO



LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Constituição Federal de 1988: Capítulo VII – Da Administração Pública, seção I e seção II	1
Ética no Setor Público	10
Noções de Direito Administrativo e princípios da Administração Pública (legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência)	12
Poderes administrativos	18
Atos administrativos	29
Processo administrativo	47
Controle	53
Responsabilização	62
Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021)	69
Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992: Capítulo II – Dos Atos de Improbidade Administrativa, Capítulo V - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial e suas alterações na Lei nº 14.230/2021)	140
Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	149
Noções básicas sobre controle interno e externo (artigos nº 70 a 74 da Constituição Federal/88)	155
Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011: Capítulo III – Do procedimento de acesso à informação; Capítulo IV – Das restrições de acesso à informação; Capítulo V – Das responsabilidades)	157
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – Capítulos: I – Disposições Preliminares; II – Do tratamento de dados pessoais e IV– Do tratamento de dados pessoais pelo poder público)	164
Lei Orgânica do Município Senador Canedo (Lei nº 01/1990: Capítulo II – Do Poder Executivo, Título II – Da Organização dos Poderes; e Capítulo II – Dos Servidores Municipais, Título III – Da Administração Municipal)	173
Servidores Públicos do Município de Senador Canedo (Lei nº 1.488/2010)	179
Questões	218
Gabarito	225

SUMÁRIO

SUMÁRIO

POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Teorias pedagógicas e políticas educacionais	1
Currículo: relação currículo, cultura e políticas curriculares.....	10
Teorias de currículo e práticas pedagógicas	18
Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....	21
Didática e prática de ensino: planejamento educacional, materiais curriculares e recursos didáticos.....	74
Função social do ensino e suas relações com o aprender e o ensinar	76
Gestão democrática e organização de sala de aula	86
Políticas educacionais: relação Estado, sociedade e políticas educacionais	88
As políticas educacionais e a construção da escola pública brasileira	97
Formação inicial e continuada dos profissionais da educação	111
Financiamento da educação	112
Tecnologias da informação e comunicação e a prática educativa	113
Plano Nacional de Educação (PNE).....	118
Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996)	140
Constituição Federal de 1988 – Art. 205 a 214	172
Educação inclusiva e diversidade: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).....	177
Estratégias práticas para inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e necessidades educacionais específicas	208
Diversidade étnico-racial, socioeconômica	210
Acessibilidade.....	212
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).....	220
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (CNE/CP nº 02/2019)	242
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).....	252
Questões	254
Gabarito.....	260

SUMÁRIO

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Sociedade, cultura e educação	1
Aprendizagem e desenvolvimento	3
Abordagens do processo de ensino e aprendizagem	12
Concepções de currículo e organização escolar: estrutura e organização do currículo da educação básica, integração de áreas de conhecimento, objetivos, habilidades e competências	18
Planejamento, planos e projetos educativos	25
Projeto Político Pedagógico (metodologia de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação)	34
Prática pedagógica e formação docente: desenvolvimento contínuo do professor, reflexão crítica sobre a prática, formação inicial e continuada	34
Educação inclusiva e diversidade: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), estratégias práticas para inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e necessidades educacionais específicas; diversidade étnico-racial, socioeconômica; acessibilidade	44
Avaliação institucional e do processo de ensino-aprendizagem: instrumentos e estratégias de avaliação de estudantes, professores e instituições	44
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96 - Títulos IV e V)	48
Base Nacional Comum Curricular (BNCC) Etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental	48
Estatuto da Criança e do Adolescente ECA	48
Plano Nacional de Educação (PNE): metas e diretrizes que orientam políticas públicas, planejamento escolar e práticas pedagógicas alinhadas à BNCC e à LDB	69
Lei Orgânica do Município de Senador Canedo (Lei nº 01/1990: Título VI: Capítulo I Da educação; Capítulo III Da família, da criança, do adolescente, do idoso e do deficiente)	69
Questões	71
Gabarito	79

SUMÁRIO



O estudo dos tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão e produção de textos em diversas situações comunicativas, sendo um tema recorrente em provas de concursos públicos. Ao compreender esses conceitos, o candidato adquire a capacidade de interpretar de forma mais eficaz os diferentes textos que encontrará, além de aprimorar sua habilidade de redigir conforme as exigências de cada situação.

Os tipos textuais referem-se a estruturas mais amplas e fixas que caracterizam a forma como o conteúdo é apresentado, como o narrativo, descritivo, dissertativo-argumentativo, expositivo e injuntivo. Já os gêneros textuais são as variadas manifestações desses tipos, adaptando-se ao contexto social, à finalidade e ao meio de comunicação, como notícias, editoriais, cartas de opinião, entre outros.

TIPOS TEXTUAIS: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS

Os tipos textuais são modelos de estrutura e organização que orientam a maneira como um texto é construído, determinando sua função comunicativa e as estratégias linguísticas empregadas em sua elaboração. Esses tipos são considerados padrões relativamente estáveis que definem a forma e o propósito do texto, orientando o autor e o leitor sobre como a mensagem será apresentada.

Ao todo, temos cinco tipos textuais clássicos, que aparecem com frequência em questões de concursos públicos e que são fundamentais para a compreensão da estrutura e organização dos textos: o descritivo, o injuntivo, o expositivo, o dissertativo-argumentativo e o narrativo. Cada um desses tipos textuais possui características próprias que influenciam a maneira como o texto é organizado, e a identificação dessas características é essencial para a interpretação e produção de textos de acordo com as demandas específicas de cada contexto.

TEXTO DIALOGAL

O texto dialogal é caracterizado pela interação direta entre dois ou mais interlocutores, seja na oralidade ou na escrita. Ele ocorre quando há uma troca de falas, podendo se manifestar em diversos contextos comunicativos, como conversas informais, entrevistas, peças teatrais, roteiros cinematográficos e até em trechos de narrativas literárias. Seu principal objetivo é estabelecer um intercâmbio de informações, ideias ou sentimentos entre os participantes da comunicação.

Diferente dos textos predominantemente expositivos ou narrativos, o texto dialogal se constrói a partir da alternância de enunciadores, sendo marcado por turnos de fala e elementos discursivos que refletem a oralidade, como interrupções, perguntas, expressões de surpresa e variações no tom de voz. Embora o diálogo ocorra de forma mais natural na linguagem falada, ele também pode ser estruturado na escrita, especialmente em obras literárias e peças teatrais.

Características do Texto Dialogal:

Os textos dialogais possuem algumas características específicas que os diferenciam de outros tipos textuais:

1. Presença de interlocutores – O diálogo é construído pela interação entre duas ou mais pessoas, que alternam suas falas ao longo do discurso.

2. Uso de marcas linguísticas da oralidade – Em situações informais, podem aparecer gírias, repetições, pausas e interjeições que simulam a espontaneidade da fala cotidiana.

3. Turnos de fala – Cada participante do diálogo tem sua vez de falar, criando uma estrutura interativa que pode ser organizada por meio de travessões, aspas ou marcas gráficas específicas.

4. Perguntas e respostas – O diálogo frequentemente contém perguntas, respostas, afirmações e negações, favorecendo a interação entre os interlocutores.

5. Uso de pronomes de tratamento – Dependendo do contexto e do grau de formalidade, pode haver o uso de pronomes como “você”, “senhor(a)”, “doutor”, entre outros.

**DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA****► Disposições gerais e servidores públicos**

A expressão Administração Pública em sentido objetivo traduz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

► Princípios da Administração Pública

Nos termos do caput do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica “LIMPE”. Observe o quadro abaixo:

Princípios da Administração Pública	
L	Legalidade
I	Impessoalidade
M	Moralidade
P	Publicidade
E	Eficiência
LIMPE	

Passemos ao conceito de cada um deles:

Princípio da Legalidade:

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.

Princípio da Legalidade	
Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → Princípio da Estrita Legalidade
Em relação ao Particular	O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe

Princípio da Impessoalidade:

Em decorrência deste princípio, a Administração Pública deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias, não podendo atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas, uma vez que o fundamento para o exercício de sua função é sempre o interesse público.



O estudo das teorias educacionais é essencial para a compreensão dos diversos processos de ensino e aprendizagem que ocorrem em ambientes educacionais. Essas teorias fornecem diferentes perspectivas sobre como as pessoas aprendem e sobre como o ensino pode ser planejado e executado de forma mais eficaz. As teorias educacionais não apenas informam a prática pedagógica, mas também influenciam políticas educacionais e a formação de professores. Este texto tem como objetivo explorar algumas das principais teorias educacionais, examinando suas características fundamentais, suas contribuições para a prática educativa e suas aplicações no contexto escolar.

A educação, como campo de estudo, é rica e diversa, com uma vasta gama de abordagens teóricas que ajudam a explicar como o aprendizado ocorre e como pode ser facilitado. Entre essas teorias, destacam-se o behaviorismo, o construtivismo, a teoria sociointeracionista e a abordagem humanista. Cada uma dessas teorias oferece uma visão única sobre o processo educativo e apresenta diferentes métodos e estratégias que podem ser aplicados na sala de aula.

O behaviorismo, por exemplo, foca no comportamento observável e nas respostas a estímulos do ambiente, enfatizando a importância do reforço e da punição no processo de aprendizagem. Já o construtivismo propõe que o conhecimento é construído ativamente pelo aprendiz, com base em suas experiências e interações com o ambiente. A teoria sociointeracionista destaca o papel fundamental da interação social e da cultura no desenvolvimento cognitivo, enquanto a abordagem humanista enfatiza a importância do crescimento pessoal e da autorrealização.

Ao longo deste estudo, serão examinadas essas teorias em detalhes, discutindo-se seus fundamentos, principais teóricos e implicações para a prática educacional. Além disso, serão apresentadas aplicações práticas de cada teoria, oferecendo exemplos de como elas podem ser utilizadas para melhorar o ensino e a aprendizagem em diferentes contextos educativos.

A análise das teorias educacionais não apenas enriquece o conhecimento dos educadores, mas também lhes proporciona ferramentas e estratégias para enfrentar os desafios diários da prática pedagógica. Compreender as diferentes abordagens teóricas permite que os professores adaptem suas metodologias de ensino às necessidades específicas de seus alunos, promovendo uma educação mais eficaz e inclusiva. Em suma, o estudo das teorias educacionais é um passo fundamental para qualquer profissional da educação que deseja melhorar sua prática e contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes.

BEHAVIORISMO

O behaviorismo é uma teoria psicológica que se concentra no estudo do comportamento observável dos indivíduos e suas respostas a estímulos do ambiente. Surgida no início do século XX, essa abordagem rejeita a introspecção e os processos mentais internos como objetos de estudo, priorizando a análise das interações visíveis e mensuráveis entre os organismos e seu ambiente. Entre os principais teóricos do behaviorismo destacam-se John B. Watson, que é considerado o fundador da abordagem, e B.F. Skinner, que desenvolveu a teoria do condicionamento operante. Este capítulo abordará os principais conceitos do behaviorismo, seus métodos e aplicações práticas na educação.

John B. Watson e o Condicionamento Clássico

John B. Watson propôs que a psicologia deveria ser uma ciência objetiva e experimental, concentrando-se no comportamento observável. Inspirado pelo trabalho de Ivan Pavlov, Watson adaptou os princípios do condicionamento clássico para o estudo do comportamento humano.

O condicionamento clássico envolve a associação de um estímulo neutro com um estímulo incondicionado que naturalmente provoca uma resposta. Com o tempo, o estímulo neutro passa a provocar a mesma resposta, agora chamada de resposta condicionada.



Conhecimentos Específicos

A educação tem o compromisso social de desenvolver as capacidades cognitivas, físicas e afetivas do indivíduo, preparando-o para exercer cidadania participativa na sociedade em que se encontra inserido. Em outras palavras, a função social da escola no que tange à garantia de direitos consiste na formação do cidadão com consolidação dos valores de solidariedade e comprometimento com a transformação do meio social.

► Constituição Federal 1988 - Artigo 205

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

► LDB (1996)

“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (TÍTULO I Da Educação Art. 1º)

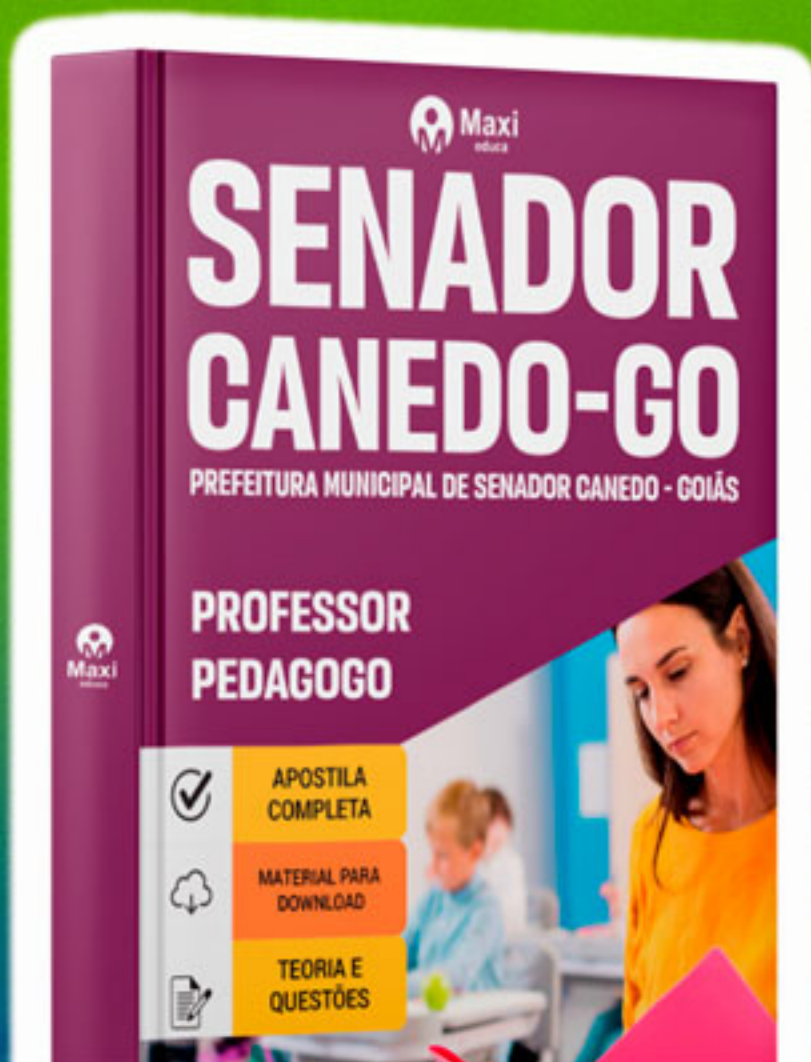
▪ **Aprendizagem:** é a função básica da escola, e consiste em assegurar a aquisição de habilidades, conhecimentos e valores fundamentais à socialização do aluno, fazendo-se imprescindível que a escola proporcione o domínio dos temas culturais elementares da escrita, leitura, das letras e da ciência das artes. O pleno exercício dos direitos de cidadão é completamente inviável sem tais aprendizagens.

▪ **Inclusão:** o direito à aprendizagem e o acesso à educação e constituem garantias constitucionais universais, isto é, são previstos a todos os cidadãos brasileiros como dever a família e do Estado. As práticas educacionais inclusivas propiciam uma realidade putada na diversidade de habilidades, contextos, experiências, e capacidades entre alunos. À medida que as diferenças são respeitadas, maior é o progresso de estudantes e educadores, independente de se tratarem de portadores de quaisquer tipos de deficiências.

▪ **Padrão excludente e capacitismo:** tradicionalmente, a diversidade de habilidades e características intelectuais e físicas foi classificada pelo conhecimento científico e clínico na forma de padronizações excludentes. Essa perspectiva fez conformar-se no decorrer do século XVIII o denominado “corpo normal”, que consistia em um parâmetro arbitrário de humanidade fundamentada em uma série de atributos considerados indispensáveis para se constituir como um sujeito de direitos. Um indivíduo que não se enquadrasse nesses padrões era tido como menos apto e, portanto, era excluído dos ambientes de educação, trabalho e convívio social. Daí surgiu o capacitismo, fenômeno social e histórico, produto da sucessão estrutural e sistêmica de pessoas portadoras de deficiência.

▪ **Lei Brasileira de Inclusão - Lei nº 13.146/2015):** conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência, trata-se de um grupo de diretrizes que voltadas à seguridade da promoção, em isonomia de condições, do exercício das liberdades e dos direitos fundamentais por pessoas portadoras de deficiência, para fins de sua cidadania e inclusão na sociedade. A LBI tem sua importância na desconstrução dessa tradição histórica, estabelecendo a deficiência como característica indissociável do contexto, por se realizar na interação de um sujeito portador de um ou mais atributos divergentes do parâmetro. Aliás, a deficiência – independentemente de sua ordem – existe apenas na relação com uma realidade saturada de barreiras para inclusão total do indivíduo que a porta. Esses impedimentos podem ser de ordem arquitetônica (banheiros não adaptados, passagens estreitas, etc.), nos transportes (ausência de corrimão e rampas etc.), tecnológicas (que impedem o acesso à tecnologia), urbanística (ausência de sinal sonoro em semáforos e de piso tátil, calçada desnivelada, etc.), na comunicação (ausência de texto alternativo, de libras e legendas).

▪ **Democracia:** na educação democrática, a decisão sobre seu destino é prerrogativa de todos. A divisão das responsabilidades e as resoluções capazes de modificar a posição de cada um são tomadas no coletivo, englobando os administradores, os funcionários, o corpo docente e os pais dos alunos. Assim, cada um está responsável por si mesmo e pelos outros.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!